

Mediação intercultural versus mediação clássica: a mediação como prática da pedagogia social

Ana Maria Vieira

Resumo: Quando se fala em mediação, normalmente, a literatura de âmbito psicossocial remete para a problemática da resolução de conflitos e técnicas a usar para esse efeito. Acontece, porém, que os humanos pensam a partir de quadros de valor diferenciados, que podem entrar em choque cultural, e o conflito interpessoal não passar apenas da parte mais visível do processo. Pensar de modo diferente é inerente à condição humana, e as divergências e tensões sociais daí resultantes são, muitas vezes, abusivamente designadas de conflitos, pondo-se a tônica habitualmente na culpabilização individual. Mas discutir todas essas diferenças e compreender os fenômenos de tensão é uma fonte de riqueza, aprendizagem e transformação de todos os implicados. Não se trataria, apenas de encontrar um acordo entre partes, tipo terceiro lugar alternativo. É importante a construção de terceiros lugares, espaços de encontro entre as posições divergentes, mas estes não têm, necessariamente, de ser um ponto equidistante entre os extremos. Se na mediação jurídica e na mediação clássica (conflitos) esse lugar busca a imparcialidade, na Mediação Intercultural estamos perante a crítica à neutralidade/imparcialidade. A Mediação Intercultural, além de preventiva, assume-se como educadora, transformadora da sociedade, comunidades, grupos e indivíduos e construtora de espaços de (con)vivência. Estamos, assim, perante um novo paradigma em que a mediação intercultural se afirma como intervenção dialógica, a partir dos outros e, portanto, como uma prática da Pedagogia Social.

Palavras-chave: Mediação clássica; mediação de conflitos; mediação intercultural; pedagogia social; terceiros lugares.

Intercultural mediation versus classical mediation: mediation as a practice of social pedagogy

Abstract: When people talk about mediation, the psychosocial literature usually refers to the problem of conflict resolution and the techniques to be used for this purpose. It turns out, however, that humans think from different value frameworks, which can clash culturally, and interpersonal conflict is only the most visible part of the process. Thinking differently is inherent to the human condition, and the resulting disagreements and social tensions are often abusively referred to as conflicts, with the emphasis usually being on blaming individuals. But discussing all these differences and understanding the phenomena of tension is a source of richness, learning and transformation for all those involved. It's not just a matter of finding an agreement between the parties, like an alternative third place. It is important to build third places, spaces where divergent positions meet, but these do not necessarily have to be an equidistant point between the extremes. If in legal mediation and classical mediation (conflicts) this place seeks impartiality, in Intercultural Mediation we are faced with a critique of neutrality/impartiality. Intercultural Mediation, as well as being preventative, is also an educator, transforming society, communities, groups and individuals and building spaces for (con)living. We are thus facing a new paradigm in which intercultural mediation is affirmed as a dialogical intervention, based on others and, therefore, as a practice of Social Pedagogy.

Keywords: Classical mediation; conflict mediation; intercultural mediation; social pedagogy; third places.

Mediación intercultural frente a mediación clásica: la mediación como práctica de pedagogía social

Resumen: Cuando se habla de mediación, la literatura psicosocial suele referirse al problema de la resolución de conflictos y a las técnicas que deben utilizarse para ello. Sin embargo, resulta que los seres humanos pensamos desde marcos de valores diferentes, que pueden chocar culturalmente, y el conflicto interpersonal es sólo la parte más visible del proceso. Pensar de forma diferente es inherente a la condición humana, y los desacuerdos y tensiones sociales resultantes suelen denominarse abusivamente conflictos, haciendo hincapié normalmente en culpar a los individuos. Pero debatir todas estas diferencias y comprender los fenómenos de tensión es una fuente de riqueza, aprendizaje y transformación para todos los implicados. No se trata sólo de encontrar un acuerdo entre las partes, como un tercer lugar alternativo. Es importante construir terceros lugares, espacios donde confluyan posiciones divergentes, pero éstos no tienen por qué ser necesariamente un punto equidistante entre los

extremos. Si en la mediación jurídica y en la mediación clásica (conflictos) este lugar busca la imparcialidad, en la Mediación Intercultural nos enfrentamos a una crítica de la neutralidad/imparcialidad. La Mediación Intercultural, además de preventiva, es educadora, transformadora de la sociedad, de las comunidades, de los grupos y de los individuos y constructora de espacios de (co)convivencia. Estamos, pues, ante un nuevo paradigma en el que la mediación intercultural se afirma como una intervención dialógica, basada en el otro y, por tanto, como una práctica de Pedagogía Social.

Palabras clave: Mediación clásica; mediación de conflictos; mediación intercultural; pedagogía social; terceros lugares.

Introdução

A mediação como conceito não adjetivado remete, habitualmente, para a construção de lugares equidistantes, posicionamentos concertados, meios termos entre posições opostas ou em conflito. A Mediação Intercultural é considerada, hoje, não apenas uma variante da mediação em geral, dedicada à gestão e resolução de tensões e conflitos em sociedades multiculturais, mas, também, como paradigma de uma nova abordagem da mediação, seja nesse tipo de sociedades, seja no mundo do trabalho, seja na intervenção familiar, comunitária, etc., e que se prende com o diálogo e a comunicação com pessoas, grupos e comunidades para a transformação, emancipação e capacitação. As tensões e conflitos deixam de ser vistos apenas como fenômenos e problemas interindividuais, mas, antes, como choques de cultura entre valores e filosofias de vida que os sujeitos em diálogo, antidiálogo, confronto ou conflito, fazem emergir nas relações interpessoais. A pessoa não é, assim, apenas um indivíduo, psicologicamente falando, mas um corpo que incorporou ao longo da sua trajetória social códigos culturais com os quais pensa, age, dialoga ou entra em conflito. Desse ponto de vista, a mediação passa a ser a busca de um terceiro lugar, não necessariamente no meio de posições opostas, mas um terceiro lugar epistêmico e de geometria variável, que ora está próxima de um, ora de outro, dos intervenientes divergentes, diferentes ou mesmo em tensão verbal, corporal e cultural.

A Mediação Intercultural busca, assim, mais do que a gestão e/ou resolução de conflitos, a transformação das partes, sujeitos, grupos, famílias, etc. envolvidos. Busca uma (trans)formação de todos para uma aprendizagem da convivência (JARES, 2007) e a construção de uma sociedade mais intercultural (GIMENEZ, 2010). Isso implica uma escuta ativa de todos sobre todos, uma hermenêutica diatópica (SANTOS, 1997) ou mesmo multitópica (VIEIRA, 2013). Essa hermenêutica multitópica pretende a transformação de todos, o que implica a construção de cidadãos e de *selves* mais interculturais.

Se na mediação jurídica, um exemplo da mediação clássica (gestão/resolução de conflitos), esse terceiro lugar assenta na ideia da imparcialidade, na Mediação Intercultural estamos, cada vez mais, perante a crítica à neutralidade/imparcialidade, pilar fundamental da mediação fundada na escola de Harvard (COHEN-EMERIQUE, 2008).

Paulo Freire foi muito claro na crítica a esse pilar da mediação clássica:

“Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”, “que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele”, “não existe educação neutra. Toda a neutralidade afirmada é uma opção escondida” (FREIRE, *passim*).

A Mediação Intercultural, além de preventiva, assume-se, assim, como educadora, transformadora da sociedade, comunidades, grupos e indivíduos, e construtora de espaços de (con)vivência.

Estamos, pois, perante um novo paradigma em que a Mediação Intercultural se afirma como intervenção dialógica a partir dos outros e, portanto, como uma prática da Pedagogia Social, uma pedagogia que se estende

para além da escola e que assume a educação a partir dos contextos vários, onde a cultura e os valores se transmitem.

Falar de mediação em geral remete para a presença de um terceiro, o mediador presumivelmente imparcial, uma terceira parte que condiciona a existência de duas partes em dissonância; no âmbito da Mediação Intercultural, que está a montante da gestão/resolução de conflitos, mas é fundamental a escuta ativa e a empatia com todos os envolvidos para intervir, o que não permite a neutralidade axiológica. Daí, a ideia da “multiparcialidade”, defendida por Torremorell (2008), em vez da imparcialidade. A escuta de todos pressupõe tomar a parte de todos nessa busca de entender o entendimento de todos (GEERTZ, 1989). Desse modo, facilitar a comunicação, fomentar a coesão social e promover a autonomia e a inserção social das minorias e dos mais fragilizados implica que o mediador não tome a parte da cultura hegemônica para que não fiquemos perante uma prática assimilacionista mascarada de neutralidade. A autonomização, o empoderamento e a advocacia dos desfavorecidos requerem um mediador intercultural que se demarque claramente da imparcialidade e de práticas assistencialistas e de ajuda humanitária.

Da mediação à Mediação Intercultural como prática da pedagogia social

Como vimos, sempre que se fala em mediação, é comum emergir, em primeiro lugar, a ideia de posição intermédia, da presença do terceiro termo, “o terceiro” que se refere ao mediador como pessoa ou à equipe que assume a função de ponte, ligação ou catalisador dos processos de mediação. A terceira parte pressupõe e condiciona a existência de duas partes: “A estrutura ternária implica abertura, uma vez que o terceiro rompe a dualidade em que os dois seres se encontram envolvidos” (TORREMORELL, 2008, p. 23) e é para eles um ponto de referência comum.

Efetivamente, a mediação exige a construção de terceiros lugares, mas estes não têm, necessariamente, de ser um ponto equidistante entre as partes. Se na mediação jurídica, o lugar que continua a ser uma terceira posição cruza-se com a apregoada imparcialidade, na Mediação Intercultural, que além de preventiva, se assume como transformadora da sociedade e como construtora de espaços de (con)vivência, estamos perante um novo paradigma assente na Pedagogia Social. Como sublinham Carvalho e Baptista,

Os educadores sociais surgem, neste sentido, como mediadores profissionais, como promotores de laços sociais numa perspectiva criativa e renovadora que não se confunde com a concessão de mediação de tipo curativo ou preventivo. Ainda de acordo com estes autores, numa matriz de Pedagogia Social, mais do que procurar minorar tensões existentes entre indivíduos ou grupos, trata-se de promover relações interpessoais positivas, impulsionadoras de atividade, de criatividade e de solidariedade. [...] Indissociável do sentido transformador evidenciado anteriormente, a mediação pedagógica é necessariamente otimista e ambiciosa. Nessa medida, ela demarca-se das práticas de simples assistência ou ajuda humanitária (2004, p. 72).

Em segundo lugar, quando se fala de mediação, surge, tanto nos discursos como nos manuais, o grande dogma da neutralidade, a ideia de que é possível o profissional social ser neutro. Contudo, a única forma de ser neutro é estar morto, como nos lembra Torremorel (2008). A necessária empatia que o mediador intercultural tem de desenvolver com as partes envolvidas, como interventor social, não lhe permite a neutralidade axiológica. Relativamente a esta questão da neutralidade, que é um dos aspetos mais polémicos da mediação, fomos assistindo, mais recentemente, à convocação do conceito de imparcialidade, em vez do de neutralidade, embora alguns autores continuem a considerar tal atitude como uma abstração. Há, ainda, autores que, em vez de falarem em imparcialidade - não tomar partido por ninguém - passaram a falar em “multiparcialidade” (TORREMORELL, 2008) uma vez que o mediador tem de promover a escuta ativa com todos, tentar entrar no entendimento de todos, e isso não pode ser feito de forma neutral nem imparcial. Tal trabalho exige atitudes empáticas por parte do mediador, e, daí, a ideia da “multiparcialidade”:

[...] ou seja, tomar partido por todos. Pensamos que esta ideia é especialmente estimulante, uma vez que fez evoluir um debate que estancou no ponto de saber se é, ou não, possível ser neutro e imparcial, quando é bem evidente que «os mediadores desempenham, inevitavelmente, um papel influente no desenrolar do conflito» (FOLGER; JONES, 1997, p. 305).

O conceito de multiparcialidade evoca, simultaneamente, independência e empatia. O mediador, pessoa independente em relação aos actores do conflito e ao resultado do mesmo, pode adoptar atitudes empáticas - já não neutras - construtoras de confiança, incorporando uma carga de sinal positivo no desenvolvimento do processo mediado. Segundo esta óptica, actuar como se fôssemos neutros seria bastante pobre (TORREMORELL, 2008, p. 24).

Ainda assim, se entendermos a Mediação Intercultural no âmbito da Pedagogia Social e não tanto da mediação em geral, que nasce a partir de paradigmas resolutivos da escola de negócios de Harvard dos anos 50, e, portanto, mais na perspectiva reabilitadora e criativa que preventiva ou resolutiva, nem é absolutamente de “multiparcialidade” que se trata apenas. Efetivamente, para facilitar a comunicação, para fomentar a coesão social e promover a autonomia e a inserção social das minorias e dos mais fragilizados, o mediador não pode tomar a parte da cultura hegemônica sob pena de estar a desenvolver um assimilacionismo disfarçado de neutralidade. A autonomização, o empoderamento e a advocacia dos desfavorecidos necessitam de um mediador intercultural que se demarque da imparcialidade, mas também das simples práticas de assistencialismo e ajuda humanitária.

A Mediação Intercultural, assente num quadro de referência da Pedagogia Social, atravessa, assim, os vários domínios do social e as mais variadas formas de mediação (comunitária, sanitária, escolar, familiar, laboral, jurídica, etc.), distanciando-se da pura resolução de conflitos e posicionando-se numa perspectiva preventiva, mas, também e essencialmente, transformadora das relações sociais. De fato, o mediador intercultural não pode deixar de ser, também, um interventor social que procura mudar situações sociais que geram

injustiças, carências ou revoltas, sempre com o envolvimento dos implicados, como busca da convivência (JARES, 2007) e da hospitalidade como valor humano (CARVALHO; BAPTISTA, 2004). De alguma forma, é aí que se situa Torremorell, que reutiliza o conceito de “multiparcialidade” a partir de Folger e Jones (TORREMORELL, 2008, p. 24). Torremorell vai também mais longe, ao caracterizar as competências e o perfil do mediador intercultural:

Chegados a este ponto, poderíamos definir a mediação como um processo ternário em que os participantes, mediador e protagonistas, exploram voluntariamente a situação conflituosa para facilitar uma tomada de decisões conjunta liderada pelos protagonistas (TORREMORELL, 2008, p. 84).

Esta é a perspectiva clássica da mediação, tão associada ao final da linha dos processos de tensão e conflito, em que a resolução, a intenção de pôr termo aos conflitos e divergências é o interesse principal, ainda que tal possa não passar de um sucesso superficial, com a ajuda de técnicas de comunicação e que apenas levem a um entendimento que acaba por ser provisório e nada transformativo das identidades dos envolvidos, sejam grupos, comunidades ou indivíduos. O nosso interesse pela mediação vai muito além das técnicas e centra-se, essencialmente, na relação entre as partes envolvidas e na convicção de que tal interação/comunicação/relação pode ser feita de forma simétrica, sem reféns e sem imposições hegemônicas ou suportadas por fundamentalismos. Por isso, também podemos definir a Mediação Intercultural

[...] como uma tentativa de trabalhar com o outro e não contra o outro, procurando uma via pacífica para enfrentar os conflitos num ambiente de crescimento, aceitação, aprendizagem e respeito mútuo. [...] A mediação, além do mais, procura equidade e compromisso informado superando a violência, e a exclusão é integrada num amplo movimento personalizador de coesão social. (TORREMORELL, 2008, p. 85)

A Mediação Intercultural atravessa, ou pode atravessar, se assumir o intercultural como paradigma que rompe com o culturalismo [monoculturalismo], todas as mediações socioculturais (familiar, comunitária, pessoal, laboral, jurídica, escolar, etc.) e não está presente apenas em contextos de forte multiculturalidade, como é o caso evidente da coexistência de pessoas migrantes, como algum senso comum aponta, por vezes (VIEIRA 2013).

Há uma vertente que coloca a Mediação Intercultural na discussão das intervenções de natureza preventiva/versus resolutive. No âmbito da Mediação Intercultural, mesmo na resolução de problemas sociais, que são majoritariamente culturais e contextuais e, portanto, não apenas individuais, o interventor pode agir com o outro (empowerment) e não da apregoadada forma neutra, entre os outros ou entre os outros e o sistema, como se nada tivesse a ver com ele e ele fosse transcultural e não tivesse valores morais, uma ética da convivência.

Trata-se do oposto quer ao assistencialismo ou, no outro polo, ao imperialismo ou à autocracia em que o interventor se assume como distante, sábio e objetificador dos sujeitos da intervenção; quer ao essencialismo do

culturalismo, no qual os padrões culturais são considerados imutáveis e “originais”.

Em síntese, parece claro que toda a Mediação Intercultural é sociocultural. Mas nem todas as mediações socioculturais são, necessariamente, interculturais. A Mediação Intercultural remete, sempre, para a ideia do terceiro lugar, terceira pessoa, mestiçagem, cultura(s) dinâmica(s), interculturalidade e (Trans)formação dos sujeitos e culturas envolvidas, em vez de culturas consideradas fechadas em determinado grupo social.

Mediação Intercultural, Pedagogia Social e Intervenção Social

É possível analisar o desenvolvimento da Pedagogia Social em 4 etapas. Primeiro, há que recordar que, em termos de emergência da profissão, a Pedagogia Social surgiu na Alemanha muito relacionada com a sociedade industrial e com todos os problemas sociais dela consequentes. Procuravam-se soluções para os problemas humanos e sociais, tais como os decorrentes de fortes movimentos migratórios, da proletarização do campesinato, do desemprego, da pobreza, da exclusão econômica e cultural, do abandono de menores, da delinquência e da falta de proteção social. A ideia da Pedagogia Social se assentava na necessidade da criação de estratégias que dessem respostas às necessidades individuais e sociais, estabelecendo um ideal de comunidade face ao individualismo emergente.

Relativamente à primeira etapa, ela está muito centrada no pensamento e obra de Paul Natorp (1854-1920), para quem todo ser humano é, sobretudo, um ser social. Por isso tanto chamou a atenção para a dimensão social da educação como reação contra o individualismo. Por isso, também, para Natorp toda a Pedagogia é social.

A segunda etapa está compreendida entre 1920 e 1933 e coincide com o aumento dos problemas humanos e sociais em consequência da I Grande Guerra mundial. Nohl (1965 *cit in* PEREZ SERRANO, 2010) deixou-nos um bom contributo ao defender a articulação entre a teoria e a prática numa perspectiva hermenêutica. De igual modo, deixou-nos uma apologia de uma Pedagogia Social relacionada principalmente com a política e concebida a partir de uma perspectiva essencialmente preventiva.

A terceira etapa (1933-1949) é considerada, de alguma forma, um período de estagnação da Pedagogia Social, uma vez que ela é utilizada para propaganda política pelo nacional-socialismo de Hitler.

Finalmente, a quarta etapa é designada de Pedagogia Social Crítica e inicia-se nos anos 50 do século passado. O enfoque dado ao caráter preventivo dos problemas sociais ganha peso e anuncia nova fase orientada para as necessidades educativas emergentes. Esta Pedagogia Social Crítica propõe partir de situações concretas, dando importância às diferenças culturais e tendo em conta a memória histórica. Ela é autocrítica e usa a reflexão do coletivo como critério de valoração da prática. É dialética, utiliza o modelo ecológico e, em termos processuais, aposta na dimensão relacional, intercontextual e intersistêmica.

A Pedagogia Social Crítica é a que mais se aproxima do paradigma da Mediação Intercultural. A Pedagogia Social Crítica busca a emancipação, usa a investigação como estratégia metodológica, analisa e reflete sobre a observação

para transformar a realidade. Há uma clara intenção de (trans)formação, conceito que constitui também palavra chave desse livro e que se inscreve, inclusivamente, no título da obra. Além disso, esta nova Pedagogia Social, chamemos-lhe assim, une a teoria à prática numa dialética constante e aposta numa comunicação geradora de consensos num modelo ecológico sustentado pela negociação tão cara a todos os tipos de mediações e conexão com os diversos sistemas aproximando-se, assim, da Mediação Intercultural, tal como é concebida por Carvalho e Baptista para quem

os educadores sociais surgem neste sentido como mediadores profissionais, como promotores de laços sociais numa perspectiva criativa e renovadora que não se confunde com a concepção de mediação tipo curativo ou preventivo, segundo a distinção feita por Jean-François Six (1990). [...] Mais do que procurar minorar tensões existentes entre indivíduos ou grupos, trata-se de promover relações interpessoais positivas impulsionadoras de atividade, de criatividade e de solidariedade. De humanidade, portanto. (2004, p. 72)

Na mesma linha, Cohen-Emerique (2008) defende uma postura de negociação, caso a caso, uma busca em comum do profissional e da família imigrante [a título de exemplo], mediante o diálogo e o intercâmbio de um mínimo de acordo, de um compromisso em que cada qual se veja respeitado na sua identidade e nos seus valores básicos ao aproximar-se do outro [aproximação bilateral, próxima da hermenêutica diatópica proposta por Santos (1997)].

De igual modo, AAVV (2008, p. 99) defendem três tipos de mediação: a preventiva, que consiste em facilitar a comunicação e a compreensão entre pessoas com códigos culturais diferentes; a reabilitadora, que é a que mais se aproxima da resolução de conflitos de valores, próxima da mediação de conflitos, filha da escola de Harvard dos anos 50; e, finalmente, a mediação criativa, também designada de transformativa por buscar a criação de novas normas, novas ações baseadas em novas relações entre as partes.

Também Carlos Gimenez (2014) distingue bem a mediação resolutiva da preventiva e transformativa. A este propósito, defende as seguintes funções da figura mediadora intercultural: facilitar a comunicação entre pessoas/grupos de culturas distintas; assessorar os agentes sociais na sua relação com os coletivos minoritários em temas de interculturalidade, diversidade cultural (culturas diversas, imigração) e relações intercomunitárias; assessorar pessoas e comunidades minoritárias na sua relação com a sociedade e cultura hegemônicas; promover o acesso a serviços e recursos públicos e privados; construir cidadania e acompanhar ativamente os processos pessoais de integração e inclusão e favorecer a participação social e comunitária.

José António Caride reforçou bem a relação entre Pedagogia Social e Mediação Intercultural. Num texto de 2016, sublinha

La importancia de los sujetos, y no sólo de los hechos, enfatiza la vocación pedagógica y social de la acción-intervención mediadora, aunque a menudo sea más implícita que explícita. De ahí que nos prestemos a acentuar sus connotaciones educativas, abriendo los discursos y prácticas de la mediación a la acción-intervención

educadora, con dos argumentos que apelan directamente a los vínculos que existen entre ambas: de un lado, el que pone de relieve que en toda mediación que se precie existen propósitos, fines, objetivos o métodos de naturaleza y alcance formativo; de otro, el que hace notar la dificultad de imaginar una educación pueda prescindir de los principios éticos y morales, o de los soportes axiológicos y emocionales que son inherentes a cualquier práctica mediadora puesta al servicio de la razón cordial (Cortina, 2007) y de la paz como cultura (Dios, 2011). Aludimos, en síntesis, a todo un conjunto de valores, actitudes, comportamientos y estilos de vida que rechazan la violencia y previenen los conflictos, haciendo uso del diálogo y la negociación entre los individuos, los grupos, las organizaciones sociales e, incluso, los Estados. Una cultura de paz, a la que la mediación puede y debe favorecer, tratando de capacitar a las personas y a los colectivos sociales para que hagan elecciones, actuando no sólo en función de las circunstancias del presente, sino también de la visión del futuro al aspiran (2016, p.16).

Américo Peres, também num capítulo desse mesmo livro (2016), Educação Intercultural e Mediação Sociopedagógica, resultante dessa mesma conferência de “Espaços e Pedagogias de Mediação e Intervenção Social”, deixa bem claro esta proximidade entre pedagogia e mediação sociopedagógica:

Entendemos que a mediação sociopedagógica faz parte de uma constelação de conceitos - Educação, Cultura, Democracia e Escola/Comunidade/ Territórios - em que o aprender a ser pessoa e o aprender a conviver com os outros se rege por princípios, conhecimentos, competências, atitudes e valores comuns, como sejam, Interculturalidade, Igualdade, Comunicação, Unidade, Diversidade, Ética, Política, Participação, Cidadania, Autonomia, Justiça e Desenvolvimento, como condição da dignidade da pessoa humana (2016, p. 64).

Também Capul e Lemay, numa obra dedicada à educação e à intervenção social, referem no primeiro de dois volumes que a mediação é como uma arte do

«entre-deux» em que o educador funciona como o intermediário privilegiado entre o que ainda não é mas se constitui silenciosamente e o que virá a ser numa série de gestos combinatórios, por ter sabido situar-se, em devido tempo, entre um estímulo forte e um organismo desejoso de o utilizar (2003, p. 113).

Para esses autores, o conceito de mediação é usado há muitos anos, mas só mais recentemente tem sido devidamente apropriado como função essencial de toda e qualquer relação educativa, uma vez que é capaz de “pôr-se no meio”, que é exatamente o contrário de colocar-se à distância. “O educador é sempre este personagem que tenta estabelecer uma ponte entre um ser actual e em devir e um envolvente que deve dar a sua contribuição a um processo [...]” (CAPUL e LEMAY, 2003, p.113) de desenvolvimento. A função deste mediador não é propriamente a de tornar os espaços cheios de vida social entre pessoas, grupos e comunidades, nem de os manter absolutamente vazios; antes, pelo contrário, é o de fomentar a participação e de fazer com que os sujeitos se

tornem protagonistas da ação social nesse mesmo espaço. Ainda de acordo com estes autores,

A mediação pode realizar-se de modo particularmente subtil nos novos locais de trocas que alguns educadores tendem actualmente a criar para pais, mães sós, adolescentes perdidos nos grandes meios urbanos, jovens em ruptura com a escola, jovens desocupados, desempregados desesperados por encontrar um sentido para a sua existência, etc. Toda esta gente tem em comum o conhecimento angustiante do vazio. Se ficarem sós face a esta depressão individual e coletiva, mergulharão na abstenção ou nas reivindicações estéreis. Se sentirem que queremos recuperá-los através dum tipo de militantismo social generoso mas dominador, não tardarão a mobilizar as poucas forças que existem neles para deter esta nova pressão. Se se aperceberem duma presença autêntica de acolhimento para que se renovem laços, o naufrágio do desejo pode deter-se, depois pode surgir a esperança de outros laços que, combinando-se de maneira singular, permitam o ressurgimento duma vida psíquica (CAPUL; LEMAY, 2003, p.113).

Em jeito de conclusão

Depois de distinguirmos a mediação clássica assente na resolução de conflitos de cariz interindividual, nascida na escola de negócios da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, apresentamos a mediação intercultural, não só como uma prática de negociação de conflitos em grupos e sociedades multiculturais, mas também, como paradigma de intervenção socioeducativa, preventiva, transformadora, reabilitadora, emancipadora e capacitadora como uma pedagogia social ou, mesmo, uma antropologia aplicada na busca da intercompreensão e da hermenêutica multitópica para a construção de terceiras culturas fundamentais à construção da interculturalidade e da convivência entre diferentes.

Sublinhamos a necessidade dos educadores em geral, do educador social em particular, e de todos os interventores sociais agirem de forma mediadora, pondo em prática Pedagogias Sociais de uma forma mediadora e empoderadora, apoiadas na Mediação Intercultural (CARIDE, 2016) e seus pilares fundamentais de que a escuta ativa é fundamental, mas de que a neutralidade/imparcialidade/equidistância precisa ser questionada por forma a que a intervenção social seja socioeducativa, feita com o outro, a partir da sua lógica e cultura local, o que implica tomar a parte, o que é exatamente o oposto do distanciamento e da pretensa, mas impossível, neutralidade.

A Mediação Intercultural, como prática da Pedagogia Social, tal como é aqui assumida, posiciona-se numa perspectiva preventiva, educadora, construtora de terceiros lugares e de terceiras culturas, essa interculturalidade, mas, também, de transformação das relações sociais com vista à construção de sociedades e de *selves* mais interculturais (VIEIRA, 2014).

Referências

- A.A.V.V. *Mediación intercultural: una propuesta para la formación*. Madrid: Ed. Popular, 2008.
- BAPTISTA, I. Pedagogia Social, um campo plural de investigação e intervenção in *Cadernos de Pedagogia Social*, nº4, 2012. Porto, Universidade Católica Portuguesa, pp 5-8.
- CAPUL, M.; LEMAY, M. *Da educação à intervenção social*, Vol. I e II. Porto: Porto Editora, 2003.
- CARIDE, J.A. La mediación como pedagogia social: viejas realidades, nuevos retos para la intervención social. In: VIEIRA, R; MARQUES, J.; SILVA, P.; VIEIRA, A.; MARGARIDO, C. *Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social*. Porto, Edições Afrontamento, 2016. pp.13-25.
- CARVALHO, A.; BAPTISTA, I. *Educação Social, Fundamentos e Estratégias*. Porto, Porto Editora, 2004.
- COHEN-EMERIQUE, M. Presentación. In: A.A.V.V. *Mediación intercultural: una propuesta para la formación*. Madrid: Ed. Popular, 2008. pp 17-23.
- GEERTZ, C. *A Interpretação de Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIMÈNEZ, C. *Interculturalidade e Mediação*. Lisboa: ACIDI, 2010.
- _____. *Seminário Intensivo sobre mediação intercultural*. Madrid: IMEDS e ACM, 2014.
- JARES, X. *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições, 2007.
- PERES, A. Educação Intercultural e Mediação Sociopedagógica. In: VIEIRA, R; MARQUES, J.; SILVA, P.; VIEIRA, A.; MARGARIDO, C. *Pedagogias de Mediação Intercultural e intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento, 2016. pp.57-72.
- SANTOS, B. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, 1997. pp. 11-32.
- TORREMOREL, M. *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora, 2008.
- VIEIRA, A.; VIEIRA, R. *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)Formações*. Porto: Profedições, 2016.
- VIEIRA, A. *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições, 2013.
- VIEIRA, R. Life Stories, Cultural Métissage and Personal Identities. *SAGE Open*, n. 4 v. 1, 2014. pp. 1-13.

Nota Biográfica

Ana Maria Vieira

Doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica e Mestre em Ciências da Educação - História e Problemas Atuais da Educação. É, atualmente, professora coordenadora na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) e Investigadora Integrada e Coordenadora do CICS. NOVA.IPLeiria. Trabalhou em Portugal com Américo Peres, professor agregado da UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático da Universidade de Santiago de Compostela.

E-mail: ana.vieira@ipleiria.pt 0000-0002-3976-6359

ORCID: [0000-0002-3976-6359](https://orcid.org/0000-0002-3976-6359)

Recebido em: 11/10/22

Aceito em: 11/12/22